

**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE FINANÇAS**

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercício 2025**

Secretaria de Finanças
Sérgio Mendes de Oliveira Filho

Diretoria de Orçamento e Contabilidade
Lorena Barroso Soares de Melo

Coordenadoria de Contabilidade
Tales Catunda Santos

Coordenadoria de Gestão Fiscal e Apoio Técnico-Administrativo
Lusiran de Matos Soares

Coordenadoria de Gestão Orçamentária
Elaine Sampaio Almeida Macambira

Coordenadoria de Monitoramento de Arrecadação e Gestão de Custos
Ingrid Monteiro Andrade Basto de Gois

Colaboradores
Jhonny Ferreira Mendonça da Silva
Marcelo Rodrigues Mororó
Esther Rocha Costa
Karine Pinheiro Sales
Thiago Cavalcante Gomes
Israel Jaco Freitas de Melo
Erick da Silva Oliveira Sotero

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Notas Explicativas de Caráter Geral

1.1 Apresentação do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU

O Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário - FERMOJU, CNPJ 41.655.846/0001-47 é regido atualmente pela Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010 que revogou a Lei Estadual nº 11.891, de 20 de dezembro de 1991, dispondo sobre o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU e outras providências.

O FERMOJU tem por finalidade:

I - a elaboração e execução de planos, programas e projetos para o desenvolvimento e a descentralização dos serviços judiciários e serviços auxiliares da justiça, previstos na Lei Estadual n.º 16.397, de 14 de novembro de 2017.

II - a implantação de moderna tecnologia de controle da tramitação dos feitos judiciais, notadamente com uso de informática, microfilmagem e reprografia, visando a obtenção de maior celeridade, eficiência e segurança dos procedimentos judiciais;

III - ampliação de instalações, com aquisição de equipamentos e mobiliário, e reformas de prédios, ressuprimento de materiais permanentes específicos e eventuais contratações de serviços de manutenção e reparos.

IV - implementação dos serviços de informatização da Justiça de primeiro grau;

V - produção, veiculação e divulgação de matérias oficiais de interesse do Poder Judiciário;

VI - aquisição de livros e publicações técnicas necessárias à execução dos serviços jurisdicionais;

VII - aporte de recursos para assegurar renda mínima aos registradores de pessoas naturais de serventias extrajudiciais deficitárias, bem como o ressarcimento da prática de atos definidos em lei como gratuitos e realização de mutirões, campanhas e ações de cidadania, definidas pela Corregedoria-Geral da Justiça;

VIII - demais itens de despesa classificados como outras despesas correntes relativas à manutenção e ao funcionamento das atividades meio e fim do Poder Judiciário.

IX - capacitação de magistrados e servidores.

X – custeio de despesas com auxiliares da justiça e estagiários do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

XI – custeio de despesas relativas à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

Vale ressaltar que não são admitidas, por conta do FERMOJU, o pagamento de despesas de custeio previstas na folha normal de pessoal.

1.2 Apresentação das Demonstrações Contábeis e Evidenciação das Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis apresentadas neste Balanço do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme o disposto no inciso II do art. 1º da Portaria MF nº 184, de 25 de agosto de 2008, em conformidade com os princípios da Administração Pública, com as Leis de finanças e orçamento público, com as normas e princípios contábeis, e com as disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e da Lei Complementar nº 101/00.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, art. 101, “os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, além de outros quadros demonstrativos”. A execução orçamentária do FERMOJU apresenta a origem e a destinação dos recursos identificados por fonte, segundo o seu fato gerador e aplicação. As fontes são codificadas individualmente e, gerencialmente, por grupo de fontes como: do tesouro, de convênios, de operações de crédito etc.

Importante esclarecer que as transações das receitas e das despesas foram realizadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04.05.2001 e alterações posteriores. As despesas da modalidade 91 são aquelas de Aplicação Direta decorrentes de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e, ainda, despesas orçamentárias de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade integrante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo. Quando da apropriação da obrigação em um órgão ocorre uma despesa intraorçamentária, que, no momento do recebimento em outro órgão, registra uma receita intraorçamentária.

Os instrumentos legais de orientação para as regras e procedimentos contábeis do exercício de 2025 são a Portaria Conjunta STN/SOF nº 26, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 25, e a Portaria STN/MF nº 2016, todas de 18 de dezembro de 2024, que aprovaram a 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, e também a Portaria STN/MF nº 699, de 07 de julho de 2023, que aprovou a 14ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, válida para o exercício de 2024 e 2025.

As estruturas e a composição das demonstrações contábeis estão de acordo com o MCASP 10ª edição, e pelo qual são elencadas as seguintes demonstrações:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Notas Explicativas.

No Siafe são realizados os registros contábeis e emitidos os relatórios das demonstrações relativos aos anexos 12, 13, 14 e 15 da Lei nº 4.320/64, que correspondem aos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Variações Patrimoniais, respectivamente. Gera também o anexo 1 - Demonstração dos Ingressos e Dispendios por Categoria Econômica, Anexo 10 - Comparativo dos Ingressos Orçados com os Arrecadados e o Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante da referida Lei e que também compõem a prestação de contas anual.

1.3 Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas

A padronização dos registros contábeis do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Judiciário, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estendido.

2 Resumo das Principais Práticas Contábeis

2.1 Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem as contas de arrecadação e pagamento e demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

2.2 Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber

O saldo da conta de Arrecadação das Entidades da Administração Indireta e Receber são os valores arrecadados através de Documento de Arrecadação Estadual (DAE) recebidos pelo Tesouro Estadual e ainda não repassados para as contas de arrecadação do FERMOJU.

2.3 Estoques

Todos os valores que transitaram na conta estoques estão considerados no balanço do TJCE onde, no SIAFE, há a contabilização transferindo de forma automática as entradas para a conta estoques do TJCE.

Conforme Art. 11 da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010, os bens adquiridos com recursos do FERMOJU em 2025 foram incorporados diretamente ao patrimônio do Tribunal de Justiça.

2.4 Imobilizado

O ativo imobilizado adquirido pelo FERMOJU, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é transferido para o Tribunal de Justiça no momento da liquidação mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.

Conforme Art. 11 da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010, os bens adquiridos com recursos do FERMOJU em 2025 foram incorporados diretamente ao patrimônio do Tribunal de Justiça

2.5 Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição.

Os bens adquiridos com recursos do FERMOJU em 2025 foram incorporados diretamente ao patrimônio do Tribunal de Justiça

2.6 Depreciação, Amortização e Exaustão

Como os bens adquiridos são incorporados diretamente ao patrimônio do Tribunal de Justiça não há depreciação, amortização ou exaustão a serem realizadas no FERMOJU.

2.7 Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

2.8 Restos a Pagar

As inscrições de restos a pagar processados e não processados são válidas por dois anos, sendo canceladas automaticamente após esse período. Assim, os restos a pagar provenientes do exercício de 2022 foram cancelados ao final deste exercício, conforme a Lei nº 11.714, de 25 de julho de 1990.

2.9 Registro da Receita Orçamentária

A receita orçamentária é registrada no momento da arrecadação do recurso de forma centralizada no Tesouro Estadual, inclusive as arrecadações próprias que são transferidas posteriormente para as contas bancárias específicas.

2.10 Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

2.11 Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

I. Resultado Patrimonial - A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

II. Resultado Orçamentário - O regime orçamentário segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

III. Resultado Financeiro - O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades.

3 Notas Explicativas Das Demonstrações Contábeis

3.1 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

Tabela 1 – Balanço Orçamentário

Anexo XII, da Lei 4.320/64

(R\$ 1,00)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) =(c-b)
Receitas Correntes (I)	434.714.605,00	429.934.605,00	502.252.931,87	72.318.326,87
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	315.936.849,00	311.156.849,00	257.366.726,82	-53.790.122,18
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	50.679.979,00	50.679.979,00	95.097.885,13	44.417.906,13

Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.295.989,00	1.295.989,00	1.422.334,18	126.345,18
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	66.801.788,00	66.801.788,00	148.365.985,74	81.564.197,74
Receitas de Capital (II)	722.911,00	722.911,00	6.058.989,98	5.336.078,98
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	722.911,00	722.911,00	15.912,51	-706.998,49
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	6.043.077,47	6.043.077,47
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	435.437.516,00	430.657.516,00	508.311.921,85	77.654.405,85
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	435.437.516,00	430.657.516,00	508.311.921,85	77.654.405,85
Déficit (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	435.437.516,00	430.657.516,00	508.311.921,85	77.654.405,85
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
Despesas Correntes (VIII)	380.778.969,00	394.566.567,31	370.854.045,77	305.348.173,74	303.295.371,03	23.712.521,54
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	380.778.969,00	394.566.567,31	370.854.045,77	305.348.173,74	303.295.371,03	23.712.521,54
Despesas de Capital (IX)	54.658.547,00	40.870.948,69	29.950.361,53	7.171.645,78	7.171.645,78	10.920.587,16
Investimentos	54.658.547,00	40.870.948,69	29.950.361,53	7.171.645,78	7.171.645,78	10.920.587,16
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	435.437.516,00	435.437.516,00	400.804.407,30	312.519.819,52	310.467.016,81	34.633.108,70
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	435.437.516,00	435.437.516,00	400.804.407,30	312.519.819,52	310.467.016,81	34.633.108,70
Superávit (XIV)	0,00	0,00	107.507.514,55	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	435.437.516,00	435.437.516,00	508.311.921,85	312.519.819,52	310.467.016,81	-72.874.405,85
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SIAFE / SEFAZ-CE

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas (Lei nº 4.320/1964 art. 102). A Lei Orçamentária Anual nº 19.154, de 23 de dezembro de 2024, fixou a dotação inicial em R\$ 422.895.819,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, oitocentos e dezenove reais) para o exercício financeiro de 2025. No decorrer do exercício foram realizados remanejamentos sem que houvesse incremento no o orçamento, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Remanejamentos – Exercício 2025

(R\$ 1,00)

Decreto	Data da Publicação	Classificação dos Créditos	Valor
36437	13/02/25	Remanejamento	12.000,00
36475	13/03/25	Remanejamento	2.000.000,00
36483	28/03/25	Remanejamento	73.840.574,00
36599	09/05/25	Remanejamento	2.395.819,35
36650	04/06/25	Remanejamento	2.320.222,51
36678	23/06/25	Remanejamento	4.817.060,79
36763	30/07/25	Remanejamento	4.665.200,00
36785	14/08/25	Remanejamento	6.043.538,31
36808	28/08/25	Remanejamento	3.020.000,00
36843	09/09/25	Remanejamento	10.038.413,69
36861	23/09/25	Remanejamento	3.130.985,16
36880	03/10/25	Remanejamento	1.615.000,00
36899	22/10/25	Remanejamento	13.420.020,76
36921	30/10/25	Remanejamento	3.280.000,00
36941	12/11/25	Remanejamento	240.000,00
36944	18/11/25	Remanejamento	6.152.353,16
36963	25/11/25	Remanejamento	810.000,00
36971	28/11/25	Remanejamento	5.650.000,00

Fonte: Diário Oficial do Estado

BO01 - Composição da Receita Prevista e Realizada

Embora a receita e despesa orçamentária tenham sido detalhadas nos capítulos I e II, expõe-se a composição desses valores sob o ponto de vista contábil. A representação contábil das receitas previstas e realizadas estão demonstradas nas duas tabelas seguintes.

Tabela 3 - Demonstrativo da Composição da Previsão Atualizada

(R\$ 1,00)

Conta	Valor
52111- Previsão Inicial da Receita Bruta	435.437.516,00
52112- Deduções da Previsão Inicial	0,00
(+)52121- Previsão Adicional da Receita	0,00
(-)52129 - Anulação da Previsão da Receita	4.780.000,00
(=) Previsão Atualizada	430.657.516,00

Fonte: SIAFE

O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária). A tabela seguinte apresenta a composição da Receita Orçamentária Realizada.

Tabela 4 - Demonstrativo da Composição da Receita Realizada

(R\$ 1,00)

Conta	Valor
6212 Receita Realizada	508.627.580,62
6213 (-) Deduções da Receita Orçamentária	315.658,77
Total	508.311.921,85

Fonte: SIAFE

BO02 - Composição Contábil da Dotação Atualizada e Despesa Fixada e Executada por Tipo de Crédito

A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional por Tipo de Crédito), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação). A tabela abaixo detalha a composição da dotação atualizada:

Tabela 5 - Demonstrativo da Composição da Dotação Atualizada

(R\$ 1,00)

Conta	Valor
52211 - Dotação Inicial	435.437.516,00
(+) 52212 - Dotação Adicional por Tipo de Crédito	143.451.187,73
(-) 52219 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	-143.451.187,73
(=) Dotação Atualizada	435.437.516,00

Fonte: SIAFE

A Despesa Empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar), 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago) e 6.2.2.1.3.07 (Empenhos Liquidados Inscritos em Restos a Pagar Processados). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Na tabela que segue, evidencia-se a fixação e execução da despesa por tipo de crédito.

Tabela 6 - Demonstrativo de Fixação e Execução da Despesa por Tipo de Crédito - Consolidada

(R\$ 1,00)

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Orçamentárias Pagas
Ordinários	435.437.516,00	435.437.516,00	400.804.407,30	312.519.819,52	310.467.016,81
Suplementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	435.437.516,00	435.437.516,00	400.804.407,30	312.519.819,52	310.467.016,81

Fonte: SIAFE - Relatório 10442

BO03 – Outras Receitas Correntes Realizadas

As Outras Receitas Correntes realizadas estão detalhadas conforme tabela abaixo:

Tabela 7 - Composição da Conta Outras Receitas Correntes

(R\$ 1,00)

Conta	Valor
Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais	2.205.092,49
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	204.002,58
Outras Indenizações	18.266,19
Restituição Teto Remuneratório – Titulares Interinos	25.110.683,23
Restituições Diversas	6.406.055,92
Outras Receitas Eventuais	809.854,66
Spread sobre Rendimentos de Precatórios	1.243.309,02
Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais	104.089.749,79
Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	8.279.210,86

(=) Total de Outras Receitas Correntes Realizadas	148.366.224,74
---	----------------

Fonte: SIAFE (Relatório 11864)

A receita de “Restituições Teto Remuneratório – Titulares Interinos” corresponde a valores devolvidos por delegatários interinos que respondem por serventias extrajudiciais vagas, quando a receita líquida da serventia excede 90,25% dos subsídios dos ministros do STF, conforme no Inc. XI do Art. 3º da Lei nº 14.605, de 05.01.2010 (acrescido pela Lei nº 18.562 de 06.11.2023).

Vale destacar que na rubrica “Outras Receitas Correntes” evidencia-se classificado em “Restituições Diversas” a importância de R\$ 6.406.055,92, que na sua composição constam valores restituídos pelo BID referente a despesas originalmente pagas pelo FERMOJU, elegíveis e aceitas ao PROMOJUD, correspondente às Notas de Empenho 2025NE002260 e 2025NE002259 (UG 040001), que perfazem o valor de R\$ 6.263.621,35, correspondendo a 97,18% do total desta receita.

3.2 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

Tabela 8 – Balanço Financeiro

(R\$ 1,00)				
Balanço Financeiro	NE	Exercícios		Variação (%)
		2025	2024	2024/2025
Ingressos				
Receita Orçamentária	BF02	508.311.921,85	340.698.120,45	49,20
Ordinária		0,00	0,00	-
Vinculada		508.311.921,85	340.698.120,45	49,20
Transferências Financeiras Recebidas		0,00	0,00	-
Recebimentos Extraorçamentários	BF03	92.710.009,55	143.528.303,78	-35,41
Saldo em Espécie do Exercício Anterior		390.992.935,85	348.232.000,54	12,28
Total		992.014.867,25	832.458.424,77	19,17
Dispêndios				
Despesa Orçamentária	BF02	400.804.407,30	413.065.351,60	-2,97
Ordinária		0,00	0,00	-
Vinculada		400.804.407,30	413.065.351,60	-2,97
Transferências Financeiras Concedidas		0,00	0,00	-
Pagamentos Extraorçamentários	BF03	105.557.721,68	28.400.137,32	271,68
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	BF04	485.652.738,27	390.992.935,85	24,21
Total		992.014.867,25	832.458.424,77	19,17

Fonte: Siafe-CE

BF01 - Critérios utilizados na elaboração do Balanço Financeiro

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada - 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

As despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado). O grupo de Transferências Financeiras recebidas (4.5.1) e concedidas (3.5.1) refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.

Os Recebimentos Extraorçamentários são as entradas que aumentam o ativo e o passivo financeiro, como cauções, consignações em folha de pagamento, restos a pagar (inscrição) e depósitos restituíveis. Os pagamentos Extraorçamentários são as saídas de caixa que reduzem o ativo e o passivo financeiro, incluindo devolução de cauções, pagamento de restos a pagar e de obrigações de terceiros.

BF02 – Aumento das Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas tiveram incrementos em relação ao ano anterior e as principais foram evidenciadas conforme tabela a seguir:

Tabela 9 – Principais Receitas Arrecadadas

Principais Receitas	Exercícios		Variação (2024/2025)
	2025	2024	%
Venda de Selos de Autenticidade	43.190.678,88	39.883.732,33	8,29
Outros Emolumentos e Custas Extrajudiciais	48.033.979,94	41.898.643,54	14,64
Emolumentos e Custas Judiciais	165.902.759,28	156.503.455,51	6,01
Juros de Títulos de Renda	52.649.813,37	36.233.231,82	45,31
Receita de Cessão de Direitos da Folha de Pagamento	38.400.000,00	0,00	-
Restituição do Teto Remuneratório – Titulares Interinos	25.110.683,23	15.154.123,21	65,70
Spread sobre Rendimentos de Depósitos Judiciais/Precatórios	105.333.058,81	36.285.830,07	190,29
Spread sobre Rendimentos de Fianças Criminais	8.279.210,86	5.049.754,64	63,95
Soma das principais receitas arrecadadas	486.900.184,37	331.008.771,12	47,10

Fonte: Siafe-CE – Relatório 6920

A tabela de Emolumentos e Custas Extrajudiciais foi atualizada e ajustada em torno de 4,87% refletindo no acréscimo da receita de Emolumentos e Custas extrajudiciais, assim como na receita de Venda de Selos de Autenticidade.

No painel de estatísticas do Conselho Nacional de Justiça consta que a quantidade de processos novos protocolados no ano de 2024 foi de 628.236 e em 2025 a quantidade foi de 692.630 tendo um aumento de 10,25% o que refletiu no aumento das receitas de emolumentos e custas judiciais.

Com o advento do art. 2º, § 1º da Lei Estadual 18.652/2023 houve a recomposição do valor principal de depósitos judiciais acarretando aumento mensal e gradual da receita de *spreads* sobre rendimentos de depósitos judiciais. Ademais, houve a assinatura, em novembro de 2024, do contrato nº 78/2024, celebrado com a Caixa Econômica Federal para prestação de serviços bancários de gerenciamento e processamento das contas referentes aos recursos em custódia mediante compensação financeira onde a remuneração líquida mensal consta em tabela respeitando faixas de variação da SELIC contribuindo também de forma significativa para o elevado aumento dos *spreads* sobre rendimentos de depósitos judiciais.

Findado o Contrato nº 15/2020, houve novo processo licitatório para contratação de instituição bancária para a centralização dos créditos provenientes da folha de pagamento em novembro de 2025 (Contrato nº 31/2025) o que acarretou a Receita de Cessão de Direitos da Folha de Pagamentos, creditada ainda no mesmo exercício.

A tabela acima demonstra as principais receitas do Fermoju que correspondem a um incremento de 47,10%, considerando todas as receitas do Fundo o índice que incremento alcançado atingiu o patamar de 49,20%, impactando por conseguinte no crescimento na receita de Juros de Títulos de Renda da ordem de 45,31% em relação ao exercício financeiro de 2024.

A Restituição do Teto Remuneratório foi no ano de 2025 foi de R\$ 25.110.683,23. Vale registrar que em 2024 o Estado do Ceará possuía 186 cartórios vagos, aumentando para 210 cartórios em 2025.

A receita de *Spread* sobre Rendimentos de Fianças Criminais, passou também a ser gerida pelo contrato nº 78/2024 acima citado, sendo calculado a partir da diferença de rendimento do CDB “Flex Empresarial - CEF” em relação ao rendimento da poupança, ensejando incremento da ordem de 63,95%.

As despesas orçamentárias tiveram uma pequena diminuição em relação ao ano anterior e as principais constam elencadas conforme tabela abaixo:

Tabela 10 – Principais Despesas Empenhadas

Principais Despesas Empenhadas	Exercícios		Variação (2024/2025)
	2025	2024	%
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	49.975.251,74	38.930.278,49	28,37
Locação de Mão de Obra	92.622.225,74	71.482.223,65	29,57
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	53.120.529,35	44.656.496,92	18,95
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	70.377.121,13	46.474.446,42	51,43
Indenizações e Restituições	59.879.830,72	47.306.858,71	26,58
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (Intra)	16.618.287,53	26.056.375,47	-36,22
Obras e Instalações	13.398.030,08	67.832.880,02	-80,25
Equipamentos e Material Permanente	14.274.392,50	40.808.704,07	-65,02
Soma das principais despesas empenhadas	370.265.668,79	383.548.263,75	-3,46

Fonte: Siafe-CE – Relatório 7168

A análise horizontal evidencia variações das quais destacamos a seguir as principais ocorrências.

Considerando que em 2024 houve a priorização de investimentos em obras e instalações, face à construção dos novos fóruns de Icó, Cascavel, Aracati, Nova Olinda e Quixeramobim, assim como a obra de reforma e ampliação da sede administrativa, no exercício de 2025 destacamos obras importantes, porém pontuais a exemplo dos serviços complementares de obra civil do novo Plenário do TJCE (CT 24/2025), empenho parcial referente à obra de reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Caucaia (CT 03/2025), empenho parcial referente à execução de obra de construção do novo Fórum da Comarca de Guaraciaba do Norte/CE (CT 23/2025), dentre outras, que ensejaram o montante de empenho da ordem de R\$ 13.398.030,08 na natureza Obras e Instalações e, por conseguinte, o valor de R\$ 14.274.392,50 na natureza Equipamentos e Material Permanente.

Em relação ao aumento na rubrica “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação” destacamos a execução do Contrato nº 26/2025 referente à contratação de Solução Integrada de Software como Serviço (SaaS) Microsoft Office 365, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça de Estado do Ceará (TJCE), bem como o apostilamento nº 04 junto ao Contrato nº 17/2023, celebrado com a empresa Engesoftware para a prestação de serviços técnicos continuados de sustentação/desenvolvimento de sistemas e serviços eventuais sob demanda com foco em metodologias ágeis, que incluiu dotações orçamentárias de fonte de recursos próprios viabilizando, no exercício financeiro de 2025, que cerca de 64% da execução deste contrato, antes executado exclusivamente com recursos PROMOJUD, fossem executados com recursos do Fermoju.

De forma geral, a Lei Orçamentária anual do Fermoju consignou créditos da ordem de R\$ 435.437.516,00 não havendo alteração a partir da abertura de créditos adicionais advindos de excesso de arrecadação ou superavit financeiro apurado no balanço patrimonial. Ocorreram apenas remanejamentos orçamentários decorrentes de anulações de dotações orçamentárias do próprio orçamento para viabilizar adequações advindas da criação da Secretaria de Governança Institucional conforme Resolução do Tribunal Pleno nº 02/202 de 05/02/2025, e da realocação de créditos orçamentários da Secretaria de Gestão de Pessoas para as Secretarias de Adm. e Infraestrutura, Geral Judiciária e Assessoria de Cerimonial, em virtude da alteração da gestão contratual e da fiscalização técnica de contratos administrativos de locação de mão de obra, conforme disposto na Portaria nº 2002/2024 de 02/09/2024, prorrogada pela Portaria nº 2402/2024 de 04/11/2024, cujos efeitos impactaram ajustes orçamentários necessários na execução do exercício financeiro de 2025.

BF03 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

A tabela abaixo evidencia a composição dos Recebimentos Extra-orçamentários:

Tabela 11 – Demonstrativo dos Recebimentos Extra-orçamentários

(R\$ 1,00)		
Título	2025	2024
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	88.284.587,78	141.492.300,07
Inscrição em Restos a Pagar Processados	2.052.802,71	1.436.729,09
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.372.619,06	599.274,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Total	92.710.009,55	143.528.303,78

Fonte: SIAFE – Relatório 12449

A tabela abaixo evidencia a composição do grupo dos recebimentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis:

Tabela 12 – Demonstrativo do Cálculo dos Ingressos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.04.01	Depósitos e Cauções	29.275,24
2.1.8.8.1.04.03	Depósitos de Terceiros	5.148,32
2.1.8.8.1.99.06	Restituições de Receitas a Pagar	359.791,80
2.1.8.8.2.04.03	Depósitos de Terceiros	1.978.403,70
Total		2.372.619,06

Fonte: Siafe-CE – Relatório 10085

A tabela abaixo evidencia a composição dos Pagamentos Extra-orçamentários:

Tabela 13 – Demonstrativo dos Pagamentos Extra-orçamentários

(R\$ 1,00)

Título	2025	2024
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	101.762.454,02	25.144.831,43
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.433.815,78	2.655.248,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.361.451,88	600.057,77
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Total	105.557.721,68	28.400.137,32

Fonte: SIAFE – Relatório 12455

A tabela abaixo evidencia a composição do grupo dos Pagamentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis:

Tabela 14 – Demonstrativo do Cálculo dos Pagamentos de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
2.1.8.8.1.04.01	Depósitos e Cauções	29.275,24
2.1.8.8.1.04.03	Depósitos de Terceiros	0,00
2.1.8.8.1.99.06	Restituições de Receitas a Pagar	353.772,94
2.1.8.8.2.04.03	Depósitos de Terceiros	1.978.403,70
Total		2.361.451,88

Fonte: SIAFE – Relatório 10087

BF04 – Saldos em Espécie dos Exercícios

Os agrupamentos "Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte" são constituídos pelos subgrupos "Caixa e Equivalentes de Caixa" e "Arrecadação das Entidades da Administração Indireta e Receber". O Caixa e Equivalentes de Caixa representam o saldo inicial (Coluna dos Ingressos) e saldo final (Coluna dos Dispendios) da conta contábil 1.1.1.

Acerca da disponibilidade de caixa para o exercício seguinte, tem-se o saldo de R\$ 480.872.633,45 (quatrocentos e oitenta milhões, oitocentos e setenta e dois mil, seiscentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), conforme constante na Tabela seguinte:

Tabela 15 – Demonstrativo do Caixa e Equivalente de Caixa

(R\$ 1,00)

BANCO	AG/CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO BANCÁRIO	SALDO CONTÁBIL	DIFERENÇA
BANCO DO BRASIL	0008/1700403-9	Conta Corrente	0,03	0,03	0,00
CAIXA ECONÔMICA	0919/891-0	Conta Corrente	100,00	100,00	0,00
CAIXA ECONÔMICA	0919/71040-2	Conta Corrente	7.701.002,84	7.701.002,84	0,00
CAIXA ECONÔMICA	0919/821-0	CDB	6.609.043,82	6.609.043,82	0,00
CAIXA ECONÔMICA	0919/891-0	CDB	24.390.882,35	24.390.882,35	0,00
CAIXA ECONÔMICA	0919/71040-2	CDB	66.752.559,66	66.752.559,66	0,00
CAIXA ECONÔMICA	0919/700403-1	CDB	6.215.185,42	6.215.185,42	0,00
BANCO DO BRASIL	0008/1700403-9	BB RF SD Super	369.203.859,33	369.203.859,33	0,00
TOTAL			480.872.633,45	480.872.633,45	0,00

Fonte: SIAFE e extratos bancários.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, representa o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa (1.1.1) e de ativo financeiro (1.1.3.8.1.06.01 e 1.1.3.8.2.06.10).

O exercício foi encerrado com saldo em conta-corrente devido ao vencimento de um CDB que ocorreu no dia 30 de dezembro de 2025 e não houve a aplicação automática por parte da instituição financeira na referida data. Vale ressaltar que o valor foi devidamente aplicado na data de 02 de janeiro de 2026.

BF05 – Depósitos restituíveis e Valores Vinculados

Os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados na coluna de ingressos representam o saldo inicial dos ativos financeiros registrados na conta contábil 1.1.3.8.2.06.10. Da mesma forma, o saldo final desta conta está apresentado na mesma linha com a coluna dos dispêndios.

A conta contábil “1.1.3.8.2.06.10 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber” registra os valores de créditos a receber oriundos das receitas dos órgãos da Administração

Indireta via DAE (documento de arrecadação estadual), arrecadados pela Secretaria da Fazenda. A tabela abaixo evidencia o valor a receber relativo a cada uma das contas de ativo financeiro.

Tabela 16 - Demonstrativo dos Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Saldo Inicial	Saldo Final
1.1.3.8.2.06.10	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	1.277.028,62	4.780.104,82
Total		1.277.028,62	4.780.104,82

Fonte: SIAFE – Relatório 9085

3.3 Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial

Tabela 17 – Balanço Patrimonial

(R\$ 1,00)

Ativo	NE	Exercícios	
		2025	2024
Ativo Circulante		485.674.338,27	391.018.635,85
Caixa e Equivalentes de Caixa		480.872.633,45	389.715.907,23
Créditos a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	BP02 BP03	4.801.704,82	1.302.728,62
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
Estoques	BP04	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,00
Ativo Não Circulante		0,00	0,00
Realizável a Longo Prazo		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Imobilizado	BP04	0,00	0,00
Intangível	BP04	0,00	0,00
Diferido		0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO		485.674.338,27	391.018.635,85

Passivo	NE	Exercícios	
		2025	2024
Passivo Circulante		2.083.287,53	1.465.381,40
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	BP05	314.442,96	222.031,23
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	BP06	8.053,09	32.988,35
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,20	0,20

Transferências Fiscais de Curto Prazo		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	BP07	1.760.791,28	1.210.361,62
Passivo Não Circulante		0,00	0,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo		0,00	0,00
Resultado Diferido		0,00	0,00
Patrimônio Líquido		483.591.050,74	389.553.254,45
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		483.591.050,74	389.553.254,45
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		485.674.338,27	391.018.635,85

BP01 - Critérios Utilizados na Elaboração do Balanço Patrimonial

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações. Em observância ao art. 105 da Lei nº 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia o total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

BP02 – Adiantamentos Concedidos

O grupo Adiantamentos Concedidos compreende todas as saídas de recursos financeiras a título de adiantamento (pagamento antecipado) que serão descontados futuramente, quando do pagamento final, a quem os foi adiantado.

Os adiantamentos concedidos em 2025 foram na sua totalidade para pagamentos de suprimento de fundos que ainda não tiveram as devidas prestações de contas dos respectivos valores conforme tabela abaixo:

Tabela 18 – Demonstrativo de Adiantamentos Concedidos

(R\$ 1,00)

Título	Exercícios	
	2025	2024
Suprimento de Fundos	21.600,00	25.700,00
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00
Adiantamentos de Precatórios	0,00	0,00
Adiantamentos de Precatórios a Comprovar	0,00	0,00
Adiantamentos Diversos Concedidos	0,00	0,00
Adiantamento Concedido para cobertura de conta bancária com recursos bloqueados	0,00	0,00
Total	21.600,00	25.700,00

Fonte: SIAFE – Relatório 11408

BP03 - Detalhamento da Conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”

A tabela abaixo evidencia os subgrupos que compõem a conta “Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo”:

Tabela 19 – Demonstrativo de Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo

(R\$ 1,00)

Título	Exercícios	
	2025	2024
113800000 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	4.780.104,82	1.277.028,62
113810000 - Outros Créditos a Receber e Valores A Curto Prazo - Consolidação	0,00	0,00
113820000 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - INTRA OFSS	4.780.104,82	1.277.028,62
113820610 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	4.780.104,82	1.277.028,62

Fonte: SIAFE – Relatório 10431

BP04 – Estoques, Imobilizado e Intangível

Conforme Art. 11 da Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010, os bens adquiridos com recursos do FERMOJU em 2025 foram incorporados diretamente ao patrimônio do Tribunal de Justiça no valor total de R\$ 94.906.002,55 (noventa e quatro milhões, novecentos e seis mil, dois reais e cinquenta e cinco centavos), sendo a transferência dos bens adquiridos pelos fundos para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará de forma automática restando zeradas as contas do estoque e do Ativo Não Circulante.

Tabela 20 – Demonstrativo das Transferências Concedidas do Imobilizado

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
3.5.1.2.2.02.91	Desincorporação de Bens dos Fundos	29.027.931,49
3.5.1.2.2.02.92	Transferência de Material de Consumo concedida	1.596.737,70

3.5.1.2.2.02.94	Transferência Concedida de Investimento de Capital a Incorporar	64.281.333,36
Total		94.906.002,55

Fonte: SIAFE

BP05 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

As retenções de INSS são pagas no mês posterior de forma unificada onde é gerado apenas um DARF para todas as Pessoas Físicas e também um DARF consolidado discriminando as retenções dos pagamentos de Pessoa Jurídica ficando a obrigação a pagar sendo regularizada apenas no mês seguinte.

Tabela 21 - Demonstrativo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

(R\$ 1,00)

Especificação	Exercícios	
	2025	2024
Pessoal a Pagar	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00
Benefícios Assistenciais a Pagar	0,00	0,00
Encargos Sociais a Pagar	314.442,96	222.031,23
Total	314.442,96	222.031,23

Fonte: SIAFE – Relatório 10414

BP06 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Tabela 22 - Demonstrativo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

(R\$ 1,00)

Especificação	Exercícios	
	2025	2024
Fornecedores Nacionais	8.053,09	32.988,35
Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais	0,00	0,00
Contas a Pagar Nacionais – Decisões Judiciais- Exceto Precatório	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Intra OFSS	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Inter OFSS - Município	0,00	0,00
Total	8.053,09	32.988,35

Fonte: SIAFE – Relatório 10412

BP07 - Valores Restituíveis

A tabela a seguir evidencia a composição da classe dos “Valores Restituíveis”, do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo:

Tabela 23 - Demonstrativo de Valores Restituíveis

(R\$ 1,00)

Título	Exercícios	
	2025	2024
218800000 - VALORES RESTITUÍVEIS	1.760.432,51	1.205.729,68
218810000 - VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	504.894,33	223.775,33
218810100 - CONSIGNAÇÕES	479.089,53	209.137,71
218810300 - DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00
218810400 - DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	19.785,94	14.637,62
218819900 - OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS	6.018,86	0,00
218820000 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	0,00	0,00
218820100 - CONSIGNAÇÕES	0,00	0,00
218830000 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	1.255.538,18	976.076,52
218830100 - CONSIGNAÇÕES	1.255.538,18	976.076,52
218850000 - VALORES RESTITUÍVEIS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	0,00	5.877,83
218850100 - CONSIGNAÇÕES	0,00	5.877,83

Fonte: SIAFE – Relatório 10424

A composição da classe dos “Valores Restituíveis” está sendo detalhada por representar 99,98% do subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo. Esses valores, em sua maioria, representam as contas contábeis de consignações. É importante destacar, que embora essas contas estejam agregadas no grupo Diversos, conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), a escrituração ocorre em contas contábeis específicas.

BP08 – Composição do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto pelo Capital Social Realizado, Reserva de Reavaliação e Resultados Acumulados.

Segue abaixo a composição dos resultados Acumulados

Tabela 24 - Demonstrativo da Composição do Patrimônio Líquido

(R\$ 1,00)

Título	Exercícios	
	2025	2024
RESULTADOS ACUMULADOS	483.591.050,74	389.553.254,45
Superávits ou Déficits do Exercício	104.039.000,79	50.494.546,21
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	389.553.254,45	345.315.263,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	-10.001.204,50	-6.256.555,10
Total do Patrimônio Líquido	483.591.050,74	389.553.254,45

FONTE: SIAFE – Relatório 11406

Os valores lançados na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores no exercício de 2025 foram, em sua maioria, decorrentes do registro e reconhecimento de Despesas de Exercícios Anteriores, especialmente aqueles referentes a “Pagamento a Peritos, Mediadores e Conciliadores – CG0000023”, “Auxiliares da Justiça - TJ CG0000039” e “Folha de Ressarcimento de Cartórios – FP0000008”.

Destaca-se que, não obstante os prazos estabelecidos pela Resolução Cogerf nº 16/2025, que no tange às datas-limites para encerramento do exercício financeiro, o empenho para Compensação aos Registradores Cíveis, relativo à competência Dezembro/2025 foi realizado ainda no exercício correspondente, conforme Nota de Empenho nº 2025NE002658 e nº 2025NE002604, com o fito de evitar a ocorrência de Despesas de Exercícios Anteriores no exercício financeiro subsequente.

BP09 – Superávit/Déficit Financeiro

O Balanço Patrimonial do exercício de 2025 apresentou em seu ativo financeiro o montante de R\$ 485.652.738,27, enquanto o Passivo Financeiro totalizou R\$ 125.772.638,75. Assim, o Fermoju apresentou um superávit financeiro de R\$ 359.880.099,52. Na tabela que segue evidencia-se a composição do ativo e passivo financeiro, bem como o cálculo do superávit financeiro com base nas contas contábeis do Plano de Contas.

Tabela 25 - Demonstrativo do Cálculo do Superávit Financeiro

(R\$ 1,00)	
Título	Valor
111000000 - Caixa e Equivalente de Caixa	480.872.633,45
113820610 - Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	4.780.104,82
Total do Ativo Financeiro	485.652.738,27
Título	Valor
Passivo atributo F	2.083.287,53
631110101 - RP Não Processados a Liquidar	35.404.763,44
631710101 - RP Não Processados a Liquidar- Inscrição no Exercício	88.284.587,78
Total do Passivo Financeiro	125.772.638,75
Superávit Financeiro	359.880.099,52

FONTE: SIAFE (Relatório 10411)

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Pública MCASP, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidades saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de

serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105: “§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária. Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se na tabela anterior.

São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações. Na tabela que segue evidencia-se a composição do Passivo atributo F informado na Tabela anterior com base nas contas contábeis do Plano de Contas:

Tabela 26 - Demonstrativo da Composição do Passivo atributo F

Título	Valor
211430103 – Contribuições ao RGPS – Serviços de Terceiros ou Contribuintes Avulsos	314.442,96
213110101 – Fornecedores não parcelados a pagar	8.053,09
214119901 – Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher	0,20
218810102 – Provisões de Encargos Trabalhistas e Previdenciários - Terceirização	460.866,95
218810111 – Planos de Previdência e Assistência Médica	2.692,68
218810196 – Retenção Judicial - Retenção	15.529,90
218810401 – Depósitos e Cauções	14.637,62
218810403 – Depósitos de Terceiros	5.148,32
218819906 – Restituições de Receitas a Pagar	6.018,86
218830102 – Contribuição ao RGPS	1.255.538,18
218910102 – Indenizações e Restituições Diversas	358,77
Total do Passivo atributo F	2.083.287,53

Tabela 27 - Demonstrativo do Superávit Financeiro por Fonte

R\$1,00

Fontes de Recursos/Subfontes	2025	2024
7561200012 – RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.758.048,66	1.742.136,15
7591200029 - RECURSOS ARRECADADOS DA VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	27.894.592,27	27.081.996,70
7591200070 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	330.227.458,59	207.526.953,16
Total	359.880.099,52	236.351.086,01

Fonte: SIAFE - Relatório 10427

Nota 1: Nas fontes de recursos acima estão agrupadas a fonte de recursos do exercício corrente e a fonte de recursos do exercício anterior

Tabela 28 – Superávit/déficit e Disponibilidade por Destinação de Recursos

R\$1,00

Fontes de Recursos/Subfontes	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit/ Déficit	82111 – Disponibilidade por Destinação de Recursos DDR
7561200012 – RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS	1.758.048,66	0,00	1.758.048,66	1.758.048,66
7591200029 - RECURSOS ARRECADADOS VENDA DE SELOS DE AUTENTICIDADE	32.317.682,76	4.423.090,49	27.894.592,27	27.894.592,27
7591200070 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	451.557.220,91	121.329.762,32	330.227.458,59	330.227.458,59
8629200000 – RECURSOS DE DEPÓSITOS DE TERCEIROS	5.148,32	5.148,32	0,00	0,00
8699200000 – OUTROS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	14.637,62	14.637,62	0,00	0,00
Total	485.652.738,27	125.772.638,75	359.880.099,52	359.880.099,52

FONTE: SIAFE – Relatório 12107

3.4 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

Tabela 29 – Demonstração das Variações Patrimoniais

(R\$ milhares)

Variações Patrimoniais Quantitativas	NE	Exercícios	
		2025	2024
Variações Patrimoniais Aumentativas		508.319	340.707
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		256.812	237.705
Contribuições		0	0
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		39.876	1.700
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		170.257	80.248
Transferências e Delegações Recebidas		2.759	2.544
Valorização e Ganhos com Ativos		7	9
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	DV02	38.608	18.501
Variações Patrimoniais Diminutivas		404.280	290.213
Pessoal e Encargos		0	0
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		0	0
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		246.199	189.056
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		0	0
Transferências e Delegações Concedidas		94.906	46.562
Desvalorização e Perda de Ativos		0	0
Tributárias		3.647	2.473
Custo das Mercadorias Vendidas e serviços Prestados		82	0
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	DV03	59.446	52.122
Resultado Patrimonial do Período		104.039	50.494

Fonte: SIAFE

DV01 - Evidenciação Facultativa do Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas da DVP

O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, em sua 6ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 700, de 10 de dezembro de 2014, apresentou algumas alterações na estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. No que tange às alterações referentes à Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP, o manual passou a considerar facultativa a evidenciação do Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas, um dos anexos da DVP, para fins de consolidação a partir do exercício de 2015. Em vista disso, optou-se por não evidenciar mais esse quadro complementar a partir do exercício de 2017, pois as informações que eram apresentadas sobre a execução de despesas orçamentárias que causam variações qualitativas no patrimônio do estado estão disponíveis no Balanço Orçamentário - BO e seus quadros anexos.

DV02 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas compreende as Multas Administrativas, as Indenizações e Restituições e as Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, conforme tabela abaixo:

Tabela 30 – Demonstrativo das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

(R\$ 1,00)

Conta contábil	Valor
499500000 – MULTAS ADMINISTRATIVAS	204.002,58
499600000 – INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	25.144.861,93
499900000 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DE FATOS GERADORES DIVERSOS	13.258.749,05
Total	38.607.613,56

Fonte: SIAFE – Relatório 12530

As Variações Patrimoniais Aumentativas decorrentes de fatos geradores diversos representam 34,34% do total das Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas. Na tabela a seguir apresenta o detalhamento desse item.

Tabela 31 – Detalhamento de VPA Fatos Geradores Diversos

(R\$ 1,00)

Conta contábil	Valor
499911799 – Outras Restituições	12.449.133,39

499919701 - (-) Deduções de Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-239,00
499919901 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	809.854,66
Total	13.258.749,05

Fonte: SIAFE – Relatório 12531

Do total do grupo Variações Patrimoniais Aumentativas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos, a maior parte é representada por Outras Restituições que foi composta de receitas de ressarcimento de valores pagos pelo FERMOJU a despesas inerentes ao PROMOJUD nos valores de R\$ 4.652.830,23 e 7.653.868,59. Os valores das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas são, em sua totalidade, referentes a Outras Receitas Eventuais.

DV03- Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas é representado por Indenizações e Restituições e Variações Patrimoniais Diminutivas decorrentes de fatos geradores diversos, conforme segue:

Tabela 32 - Demonstrativo de Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas

(R\$ 1,00)

Conta contábil	Valor
391100000 – PREMIAÇÕES CULTURAIS	2.400,00
391200000 – PREMIAÇÕES ARTÍSTICAS	4.282,68
391900000 – OUTRAS PREMIAÇÕES	12.899,97
399610101 – INDENIZAÇÕES	626.262,34
399610102 – RESTITUIÇÕES	58.479,51
399610104 – COMPENSAÇÃO AOS REGISTRADORES CIVIS	48.420.861,21
399620000 – INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS – INTER OFSS	10.320.435,67
Total	59.445.621,38

Fonte: SIAFE

Do total do grupo de Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas, 81,45% são referentes a compensação aos registradores civis que são os ressarcimentos que o judiciário faz aos cartórios pelos atos gratuitos à sociedade civil como, por exemplo, a lavratura de registro civil de nascimento e óbito, bem como a emissão das primeiras certidões respectivas.

Essas situações de concentração de valor no grupo diversos ocorre por falta de níveis específicos no Plano de Contas Nacional e devido a características das transações realizadas.

Como os Entes Públicos não têm autonomia para criar níveis no plano de contas para atender suas especificidades, cria-se detalhamento por meio de contas contábeis de modo identificar e individualizar a transação.

3.5 Notas Explicativas do Demonstrativo da Dívida Flutuante

Tabela 33 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
			INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	
Restos a Pagar Não Processados						
1º Exercício Anterior		141.492.300,07	0,00	99.331.109,42	6.754.660,49	35.406.530,16
2º Exercício Anterior		11.691.255,05	0,00	2.431.344,60	9.259.910,45	0,00
Deste Exercício	DF03	0,00	88.284.587,78	0,00	0,00	88.284.587,78
Subtotal	DF01	153.183.555,12	88.284.587,78	101.762.454,02	16.014.570,94	123.691.117,94
Restos a Pagar Processados						
1º Exercício Anterior		245.758,91	0,00	242.845,61	0,00	2.913,30
2º Exercício Anterior		6.806,13	0,00	0,00	6.806,13	0,00
Deste Exercício	DF02	0,00	318.175,00	0,00	0,00	318.175,00
Subtotal	DF01	252.565,04	318.175,00	242.845,61	6.806,13	321.088,30
Restos a Pagar Processados - RETENÇÃO						
1º Exercício Anterior		1.190.970,18	0,00	1.190.970,17	0,01	0,00
2º Exercício Anterior		121,88	0,00	0,00	121,88	0,00
Deste Exercício	DF02	0,00	1.734.627,71	0,00	0,00	1.734.627,71
Subtotal		1.191.092,06	1.734.627,71	1.190.970,17	121,89	1.734.627,71
Depósitos de Diversas Origens		0,00	2.372.619,06	2.361.451,88	0,00	11.167,18
Subtotal		0,00	2.372.619,06	2.361.451,88	0,00	11.167,18
Depósitos de Tesouraria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		154.627.212,22	92.710.009,55	105.557.721,68	16.021.498,96	125.758.001,13

Fonte: SIAFE

DF01 – Composição das Movimentações de Restos a Pagar Processados e Não Processados Evidenciados na Dívida Flutuante

Nas colunas de Movimento do Exercício, os valores apresentados são: inscrição, pagamento e cancelamento de Restos a Pagar. As tabelas abaixo apresentam o detalhamento das Baixas de Restos a Pagar ocorridas no exercício atual no Demonstrativo da Dívida Flutuante:

Tabela 34 – Demonstrativo das Movimentações de Restos a Pagar não Proc. da Dívida Flutuante

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Não Processados (RPNP)	Saldo em 31/12/2025
Movimentação por Pagamento - (631410100)	101.762.454,02
Movimentação por Cancelamento - (631990101)	16.014.570,94
Total	117.777.024,96

Fonte: SIAFE – Relatório 10471

O montante cancelado de Restos a Pagar Não Processados decorre, substancialmente, de saldos remanescentes oriundos de empenhos emitidos por estimativa ao final de exercícios anteriores a 2025, em observância aos prazos e procedimentos estabelecidos pelas Resoluções da Comissão de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF para o encerramento do exercício financeiro.

Tais empenhos foram realizados com a finalidade de assegurar a cobertura orçamentária de despesas continuadas referentes aos meses finais de cada exercício. Após a execução contratual, a liquidação das despesas e o pagamento das obrigações efetivamente constituídas, constatou-se que parte dos valores inicialmente empenhados não foi utilizada, em razão de a execução ter ocorrido em montante inferior ao estimado.

Considerando que as obrigações correspondentes foram integralmente satisfeitas nos respectivos exercícios de competência, os saldos remanescentes inscritos em Restos a Pagar Não Processados deixaram de possuir finalidade específica ou obrigação correlata a ser executada, motivo pelo qual foi efetuado o seu cancelamento, em conformidade com os procedimentos contábeis e orçamentários aplicáveis.

Tabela 35 – Demonstrativo das Movimentações de Restos a Pagar Proc. da Dívida Flutuante

(R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2025
Movimentação por Pagamento - (632210101)	242.845,61
Movimentação por Cancelamento - (632990101)	6.806,13
Total	249.651,74

Fonte: SIAFE – Relatório 10472

DF02 - Inscrição de Restos a Pagar Processados

A inscrição dos restos a pagar processados considera o valor das consignações retidas e não pagas financeiramente. Desta forma os restos a pagar processados do exercício de 2025 são compostos

pelas contas contábeis “632710101 - RP Processados – Inscrição no Exercício” e “632710102 - Restos a pagar Processados - Saldo Retenção” onde, na Demonstração da Dívida Flutuante existe a especificação do Saldo da Retenção em separado.

Tabela 36 – Demonstrativo de inscrição de Restos a Pagar Processados

(R\$ 1,00)

Inscrição Restos a Pagar Processados no Exercício	Saldo em 31/12/2025
RP Processados – Inscrição no Exercício (632710101)	318.175,00
RP Processados – Saldo Retenção (632710102)	1.734.627,71
Total	2.052.802,71

Fonte: SIAFE

DF03 - Inscrição de Restos a Pagar Não Processados

A inscrição dos restos a pagar não processados do exercício de 2025 considera o valor das contas contábeis 631710101 - RP Não Processados a Liquidar-Inscrição no Exercício e 631720101 - RP Não Processados em Liquidação – Inscrição no Exercício.

Tabela 37 – Demonstrativo de inscrição de Restos a Pagar Não Processados

(R\$ 1,00)

Inscrição Restos a Pagar Não Processados no exercício	Saldo em 31/12/2025
RP Não Processados a Liquidar– Inscrição no Exercício (631710101)	88.284.587,78
RP Não Processados em Liquidação – Inscrição no Exercício (631720101)	0,00
Total	88.284.587,78

Fonte: SIAFE

3.6 Notas Explicativas da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Tabela 38 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

(R\$ 1,00)

Demonstração dos Fluxos de Caixa	Exercícios		
	NE	2025	2024
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Ingressos	DFC01	510.668.628,40	341.294.617,68
-Receitas Derivadas e Originárias		508.296.009,34	340.695.343,06
-Transferências recebidas		0,00	0,00
-Outras Receitas/Ingressos Operacionais	DFC02	2.372.619,06	599.274,62
Desembolsos	DFC01	322.695.246,24	254.063.532,22
-Pessoal e Demais Despesas		320.333.794,36	253.463.474,45
-Juros e encargos da dívida		0,00	0,00

-Transferências concedidas		0,00	0,00
-Outros desembolsos operacionais	DFC02	2.361.451,88	600.057,77
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		187.973.382,16	87.231.085,46
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Ingressos	DFC01	15.912,51	2.777,39
-Alienação de Bens		15.912,51	2.777,39
-Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		0,00	0,00
-Outros ingressos de investimentos		0,00	0,00
Desembolsos	DFC01	93.329.492,25	44.472.927,54
-Aquisição de Ativo Não Circulante		66.546.669,23	37.759.499,06
-Concessão de Empréstimos e Financiamentos		0,00	0,00
-Outros desembolsos de investimentos	DFC03	26.782.823,02	6.713.428,48
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		-93.313.579,74	-44.470.150,15
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Ingressos	DFC01	0,00	0,00
-Operações de Crédito		0,00	0,00
Desembolsos	DFC01	0,00	0,00
-Amortização/Refinanciamento da Dívida		0,00	0,00
-Outros desembolsos de financiamentos		0,00	0,00
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		0,00	0,00
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)		94.659.802,42	42.760.935,31
-Caixa e Equivalentes de caixa inicial		389.715.907,23	346.572.896,24
-Caixa e Equivalente de caixa final		480.872.633,45	389.715.907,23
Variação do Caixa e Equivalente de Caixa		91.156.726,22	43.143.010,99
Conciliação Contábil-Financeira (IV - V - VI + VII)	DFC04	3.503.076,20	-382.075,68
IV - Saídas de Caixa a Regularizar		291.346.639,29	262.592.523,60
V - Saídas de Caixa Regularizadas		287.843.563,09	262.974.599,28
VI - Entradas de Caixa a Regularizar		0,00	0,00
VII - Entradas de Caixas Regularizadas		0,00	0,00
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA AJUSTADO		94.659.802,42	42.760.935,31

Fonte: SIAFE

DFC01 - Critérios Utilizados na Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

As receitas arrecadadas pelo seu valor líquido [6212 - Receita Realizada (-) 6213 - Deduções da receita orçamentária] compreendem os ingressos dos fluxos operacionais das receitas derivadas e originárias acompanhado dos ingressos das atividades de investimentos das alienações de bens.

Já os desembolsos evidenciam as despesas pagas (622130400 + 631410100 + 632210100) relativas às atividades operacionais de pessoal e demais despesas, aquisição de ativos não circulantes e

outros desembolsos de investimentos. Os valores dos outros desembolsos operacionais será esclarecido mais adiante.

Os ingressos dos fluxos das atividades de investimento compreendem as receitas arrecadadas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos. Os desembolsos de investimento referem-se às despesas pagas com aquisição de ativos não circulantes, as concessões de empréstimos e financiamentos; e outros desembolsos de investimentos.

Por sua vez, nos ingressos das atividades de financiamento são evidenciadas as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Nos desembolsos evidencia-se as despesas pagas com amortização e refinanciamento da dívida.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos três fluxos de caixa. A variação do caixa e equivalente de caixa corresponde a diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (111) do exercício de referência.

A conciliação contábil-financeira evidencia os ajustes nas contas de caixa que representam entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária. Por sua vez, a variação do caixa e equivalente de caixa ajustado apresenta-se como o somatório da variação do caixa e equivalente de caixa com a conciliação contábil-financeira.

DFC02 - Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Ingressos de Valores Restituíveis” que compõe o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a crédito das seguintes contas contábeis 2188 - Valores Restituíveis:

Tabela 39 – Demonstrativo dos Ingressos de Valores Restituíveis

		(R\$ 1,00)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
218810401	Depósitos e Cauções	29.275,24
218810403	Depósitos de Terceiros	5.148,32
218819906	Restituições de Receitas a Pagar	359.791,80
218820403	Depósitos de Terceiros	1.978.403,70
Total		2.372.619,06

Fonte: SIAFE – Relatório 10085

A conta 218820403-Depósitos de Terceiros configurou com um elevado valor devido a um repasse de arrecadação em duplicidade ocorrido na data 26/11/2025 devido a um erro no processamento nos valores de 585.296,04 e 1.392.997,66. Os referidos valores foram devolvidos no dia 14/12/2025 conforme demonstrado nas devoluções de valores restituíveis.

A tabela a seguir evidencia a composição da “Devolução de Valores Restituíveis” que compõe o Quadro dos Outros Ingressos e Desembolsos Operacionais, calculada pelo movimento a débito das seguintes contas contábeis 2188- Valores Restituíveis:

Tabela 40 – Demonstrativo da Devolução de Valores Restituíveis

		(R\$ 1,00)
Código da Conta	Título da Conta	Valor
218810401	Depósitos e Cauções	29.275,24
218810403	Depósitos de Terceiros	0,00
218819906	Restituições de Receitas a Pagar	353.772,94
218820403	Depósitos de Terceiros	1.978.403,70
Total		2.361.451,88

Fonte: SIAFE – Relatório 10087

DFC03 - Outros Desembolsos de Investimento

A tabela abaixo evidencia a composição dos “Outros Desembolsos de Investimento” que é calculado pelas naturezas de investimento com exceção de bens móveis, imóveis e obras nas contas contábeis: 622130401- Crédito Empenhado Liquidado Pago, 622130402 - Crédito Empenhado Liquidado Retido Pago, 631410101 - RP Não Processados Pagos, 631410102 - RP Não Processados Retidos Pagos e 632210101 - RP Processados Pagos.

Tabela 41 – Demonstrativo dos outros desembolsos de investimento

		Natureza Despesa	Exercício Atual
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)			
Desembolsos			26.782.823,02
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	622130401 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	1.085.822,25
	622130402 - CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO RETIDO PAGO	449040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	54.747,33
	631410101 - RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	449039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	6.425.400,61
		449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	18.043.511,44

631410102 - RP NÃO PROCESSADOS RETIDOS PAGOS	449039 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	286.224,45
	449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	866.889,54
632210101 – RP PROCESSADOS PAGOS	449040 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	20.227,40

Fonte: SIAFE – Relatório 9009

DFC04 - Conciliação Contábil-Financeira

O campo de Conciliação Contábil-Financeira destaca as entradas e saídas de caixa sem a correspondente execução orçamentária, onde são feitos lançamentos em contas específicas, com a finalidade que a contabilidade esteja compatível com a conciliação financeira.

Assim, estes lançamentos não se constituem como fluxos que geram entradas e saídas de caixa, e sim ajustes nas contas de caixa relativos a pendências de conciliação. Por esse motivo, tais movimentos apresentam-se fora dos fluxos operacional, de investimento e de financiamento e estão inclusos após a variação de caixa e equivalente de caixa, ajustando esta variação.

Na linha de “Saídas de Caixa a Regularizar” observa-se as saídas de caixa em que não houve a respectiva execução orçamentária (empenho e liquidação) no exercício, tais como sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas a regularizar, como tarifas bancárias debitadas em conta, como também anulação de receita de exercício anterior. Esta linha é representada pelo movimento a débito das contas contábeis demonstradas na tabela abaixo:

Tabela 42 – Demonstrativo das Saídas de Caixa a Regularizar

(R\$ 1,00)		
Código da Conta	Título da Conta	Valor
113820610	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	291.346.639,29
Total		291.346.639,29

Fonte: SIAFE – Relatório 10102

Já no grupo “Saídas de Caixa Regularizadas” registra-se as regularizações em 2025 referentes a sequestros judiciais, devolução de saldos de convênios e outras despesas que ficaram pendentes de Regularização em 2024. Representando assim o movimento a crédito das contas contábeis demonstradas na tabela a seguir:

Tabela 43 – Demonstrativo das Saídas de Caixa Regularizadas

(R\$ 1,00)

Código da Conta	Título da Conta	Valor
113820610	Arrecadação das Entidades da Administração Indireta a Receber	287.843.563,09
Total		287.843.563,09

Fonte: SIAFE – Relatório 10102

Encerramos essas notas explicativas com o intuito de facilitar a compreensão das demonstrações contábeis, políticas contábeis, regras e procedimentos específicos aplicados pelo governo do estado aos nossos diversos usuários. Procuramos de forma clara, sintética e objetiva englobar informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

Fortaleza, 15 de junho de 2026.

Lusiran de Matos Soares

Diretor de Orçamento e Contabilidade, em exercício